

COMO IMPLEMENTAR E MANTER BIBLIOTECAS COM RECURSOS PÚBLICOS





QUERO MINHA BIBLIOTECA

Nesta publicação gestores públicos e parlamentares encontram informações sobre como a composição entre orçamento do município e recursos federais destinados à educação podem somar para criar e manter bibliotecas em escola.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
in i
POR QUE A BIBLIOTECA
NAS ESCOLAS?
DE QUE BIBLIOTECA
ESTAMOS FALANDO?
COMO FAZER PARA TER UMA
BIBLIOTECA NA ESCOLA?
RECURSOS PÚBLICOS PARA
A EDUCAÇÃO
DIMENSÃO 01
DIMENSÃO 02
DIMENSÃO 03 & 04 ——————————————————————————————————
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR
BIBLIOGRAFIA





COMO IMPLEMENTAR E MANTER BIBLIOTECAS COM RECURSOS PÚBLICOS

QUERO MINHA BIBLIOTECA é uma campanha pela universalização de bibliotecas em escola. Queremos contribuir com a efetividade da Lei 12.244/10, que determina que todas as escolas públicas e privadas do Brasil tenham sua biblioteca até maio de 2020.

Existem recursos públicos destinados à educação que podem ser buscados para construir, manter e ampliar bibliotecas em escolas públicas. É preciso conhecê-los e entender como acessá-los, já que nem sempre estão claramente identificados como recursos para bibliotecas. Esse empenho é um movimento que nos aproximará do sonho de uma sociedade leitora e escritora.

LEI 12.244/10

Em março de 2010, a sanção da Lei 12.244/10 garantiu

um DIREITO INALIENÁVEL: até 2020 todas as instituições de ensino do país, públicas e privadas, deverão ter biblioteca.

Direitos Inalienáveis são direitos fundamentais que fazem parte da essência da pessoa. Não podem ser vendidos, negados ou transmitidos. Considerar a biblioteca escolar como direito inalienável foi um grande avanço que amplia o acesso ao universo da leitura. Mas para que as bibliotecas tenham sustentabilidade e ofereçam qualidade por longos períodos, uma boa administração é indispensável.

Para isso as bibliotecas devem planejar atividades de promoção de leitura para o ano, sempre atualizar o acervo e participar do dia a dia da comunidade. Ou seja, a biblioteca deve ser viva. Ações do setor público, amplo trabalho de cooperação e atuação conjunta da sociedade são os caminhos para que essa boa administração aconteça.

POR QUE BIBLIOTECA NA ESCOLA?

PORQUE A BIBLIOTECA...



... é o principal meio de acesso gratuito ao livro, em especial os de literatura (para 64% dos alunos, segundo a pesquisa Retratos da Leitura do Brasil de 2012);

... é grande amiga do projeto pedagógico da escola;

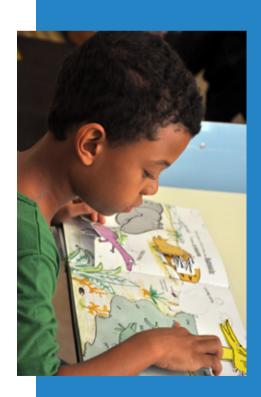
... causa impacto positivo no rendimento escolar;

... aumenta o nível de conhecimento, competência e capacidade em leitura;

... fortalece as habilidades de escrita e de argumentação;

... desenvolve valores essenciais para o bom convívio social como solidariedade, cuidado, tolerância, criatividade e cidadania por meio da interação com livros, leitores e leituras;

... e incrementa a capacidade de análise crítica.





Em tempos de incertezas, uma afirmação é indiscutível: crescer com o hábito de frequentar bibliotecas aumenta a chance da criança e do adolescente tornarem-se bons leitores.

Leitura é prática, cotidiano, familiaridade entre livro e leitor. Quanto mais prática, mais apurado se torna o gosto por mais e mais leituras.

É BOM SABER QUE...

- "Letramento em leitura é a compreensão, o uso e a reflexão sobre textos escritos para alcançar objetivos pessoais, desenvolver o conhecimento e o potencial individuais e participar plenamente da vida em sociedade." (PISA Programa Internacional de Avaliação de Alunos)
- Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2003 mostram que o aumento da proficiência em alunos de escolas públicas foi diretamente proporcional ao uso da biblioteca. Profissional fixo na biblioteca e atividades dirigidas por professores foram os geradores dessa mudança.

DE QUE BIBLIOTECA ESTAMOS FALANDO?

De uma biblioteca aberta à comunidade, com livros sendo utilizados por todos os lados, onde ideias fervilham e a comunidade escolar aprende a trocar, comparar, compreender e a ter curiosidade para buscar novos livros e outras bibliotecas, incluindo as digitais.

COMO FA7FR?

Alguns pré-requisitos são necessários para que um espaço com livros seja chamado de biblioteca. Confira:

INFRAFSTRUTURA

- Sala reservada para esse fim em ótimas condições de higiene e estrutura, sem vazamentos ou infiltrações.
 - Iluminação adequada e conforto térmico.
- Pelo menos 50 m² de espaço e um balcão de atendimento com mesa, cadeira e um computador com acesso à internet para os funcionários, de acordo com o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE), da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na pesquisa realizada pelo Instituto Ecofuturo (ver em 2007), foi ressaltada também a necessidade de um banheiro para os pro¬fissionais e usuários da biblioteca.
- Acessibilidade arquitetônica e comunicacional (sinais luminosos, sonoros, placas de sinalização em Braille, piso tátil, fonte ampliada, rampas, corrimão, áudio descrição, Libras, legendas e símbolos pictográficos) em todos os locais de uso das bibliotecas, para todas as pessoas com deficiência.



ACFRVO

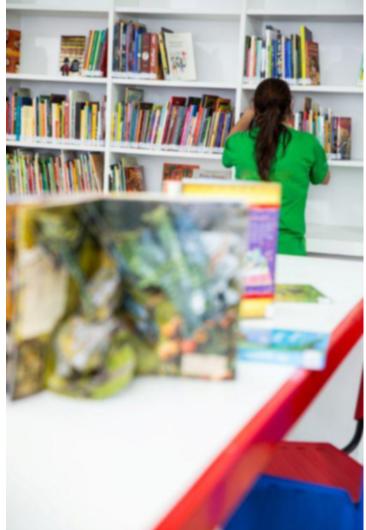
Diz a Lei 12.244/10, no parágrafo único do artigo 2º: "Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade".

Para irmos além do mínimo, o acervo deve ser construído a partir de uma quantidade e diversidade de livros que funcionem como um bom pontapé inicial. Organização, renovação e atualização constantes, literatura diversificada, clássica e contemporânea para todas as idades, bem como assinaturas de jornais e revistas manterão o interesse dos frequentadores.





Uma biblioteca de nível básico deverá ter um bibliotecário-supervisor, responsável por um grupo de bibliotecas, caso a bibliotecas faça parte de um sistema/ rede com várias bibliotecas, além de pessoal auxiliar em cada uma delas, em cada turno. É importante que esse profissional atue em parceria com os professores na elaboração do projeto pedagógico da escola, planeje e realize leituras para a comunidade. A avaliação coordenada pelo pesquisador do IPEA, Ricardo Paes de Barros, para o Instituto Ecofuturo (ver em xxx) apontou os recursos humanos como um dos fatores mais fortes para a sustentabilidade da biblioteca, além de enfatizar a importância de construir uma rede de bibliotecas, pois "monitoramento é insuficiente sem diálogo".



ATENDIMENTO

Bibliotecas de portas sempre abertas é o sonho de todo leitor! As bibliotecas em escolas deveriam funcionar também durante o recreio, nos intervalos do meio-dia, à noite, nos finais de semana, feriados e nas férias escolares. A escola é o único equipamento público que dá acesso à cultura na maior parte do Brasil. Portanto, a biblioteca na escola presta um importante serviço ao atender a comunidade do entorno. Para exemplos de boas práticas em bibliotecas, acesse :

http://www.ecofuturo.org.br

COMO FAZER PARA TER UMA BIBLIOTECA NA ESCOLA

PASSO A PASSO

- Mapear a situação do município em relação às bibliotecas/salas de leitura em escola: número de escolas, quantas têm bibliotecas/salas de leitura e qual o estado delas.
- A seguir, listar as escolas que precisam de reforma para ter biblioteca e quais as que precisam de mobiliário e contratação de profissionais.
 - Depois de investigar qual o orçamento da prefeitura para bibliotecas em escolas e reforma de escolas, avaliar a possibilidade de já incluir este investimento no orçamento do município dos próximos anos de mandato. Incluir no Planejamento Plurianual (PPA) e na Lei de Orçamento Anual (LOA). Avaliar se é possível incluir essa demanda no Plano de Ações Articuladas (PAR), e preencher esse indicador no Levantamento da Situação Escolar (LSE).
- Qualificar o atendimento e serviços prestados por uma biblioteca para que esta tenha foco na promoção de atividades de leitura com livros.
- Procure publicações de referência sobre promoção de leitura para educadores, profissionais de bibliotecas e pais em http://www.bibliotecavirtualecofuturo.org.br.
- Participe da construção do Plano Municipal do Livro e da Leitura (PMLL). O Plano deverá orientar o desenvolvimento das políticas públicas na área do livro, leitura e biblioteca do seu município.

RECURSOS PÚBLICOS PARA EDUCAÇÃO

RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA IMPLANTAR E MANTER BIBLIOTECAS EM ESCOLA

Não há dúvidas de que os governos federal e estadual podem ajudar na implementação de bibliotecas. No entanto, é fundamental lembrar que os municípios também têm um papel-chave nisso, em dois aspectos principais: o financeiro e a seleção de profissionais.

Quanto ao aporte de recursos financeiros, existem duas fontes de receita principais no orçamento municipal: os tributos municipais e as transferências constitucionais. Dentre os tributos municipais, destacam-se três: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). E dentre as transferências constitucionais, que são os repasses de recursos dos governos estadual e federal para os municípios, destaca-se o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A soma de todos estes recursos – mais alguns adicionais – compõe a chamada receita municipal. É por meio desta receita que a prefeitura faz investimentos no município e paga suas contas, como o salário do funcionário público municipal, as contas de luz, água e internet.

Portanto, para construir uma biblioteca ou reformá-la, o município possui fontes de recursos próprios. Mas, sem dúvida, a maior fonte de despesas – a médio e longo prazos – é o pagamento dos salários e a manutenção adequada dos espaços. Para não haver problemas com isso, é fundamental que o município preveja estas despesas no seu orçamento anual, evitando descontinuidade no atendimento ao público e no acesso aos livros do acervo.

O segundo aspecto é a seleção dos profissionais que trabalharão nas bibliotecas. Esse processo não pode – e nem deve – ser conduzido pelos governos estadual e federal. Deve ser responsabilidade municipal. Em muitos casos, o que ocorre é o deslocamento de profissionais de outras áreas para ocupar os cargos essenciais de uma biblioteca. Isso pode prejudicar muito a qualidade do atendimento. Assim, é fundamental que o governo municipal realize concurso e contrate profissionais destinados diretamente às bibliotecas, seguindo as recomendações previstas na legislação. E, a partir das contratações, promova cursos constantes a fim de manter estes profissionais sempre atualizados.

A preocupação com estes dois aspectos é extremamente importante para garantir não apenas a instalação das bibliotecas nos municípios, mas principalmente, a sua manutenção ao longo do tempo.



RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS PARA EDUCAÇÃO

Dois grandes fundos compõem as principais fontes de repasse de recurso federal para a Educação Básica:

- a) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) - tem o objetivo de manter e desenvolver o ensino. É uma fonte importante de recursos da educação para pagamento de docentes e profissionais de educação, repassado automaticamente para prefeituras, estados e DF.
- b) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) O FNDE é uma autarquia responsável por redistribuir o recurso oriundo da contribuição social do salário-educação. Uma parte destes recursos (60%) é creditada nas contas dos governos estaduais e municipais, proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas escolas da rede pública. A outra parte é utilizada para financiar programas da Educação Básica, visando melhorar as condições do transporte escolar, da alimentação e do acesso à tecnologia, dentre outros itens que afetam o cotidiano das escolas e dos alunos.

DIMENSÃO 1: ESPAÇO E INFRAESTRUTURA

O MEC dispõe de recursos públicos complementares do FNDE acessados por meio do *Plano de Ações Articuladas (PAR)*, para reformar sala já existente ou construir nova sala para abrigar a biblioteca na escola. O PAR também permite a solicitação de bens de consumo, materiais e equipamentos para a biblioteca, tais como tablets, kit com notebook e impressora multifuncional, kit de computador interativo (projetor com computador integrado) e lousa digital, ventilador, ar condicionado, kit de mobiliários com mesa de reunião, cadeiras fixas, cadeiras giratórias com braços, mesa para computador, mesa para impressora e armário e conjuntos de mobiliário escolar. Na página 16 deste material há uma orientação mais detalhada sobre o PAR.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) permite a compra de material permanente e de bens de consumo até o limite de 20% do valor total do repasse feito à escola. O uso do recurso é decidido por toda a comunidade escolar, incluindo pais e alunos.

O Programa Mais Cultura nas Escolas é uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura. Para utilizá-lo e fortalecer a biblioteca na escola, o projeto deverá ter foco na promoção de leitura e/ou formação dos profissionais da biblioteca para atuar como promotores de leitura. Assim, será possível incluir até 10% do valor do projeto para compra de equipamentos e bens de consumo, incluindo mobiliário, computadores e equipamentos de áudio e vídeo para a biblioteca. O repasse de recursos é realizado no mesmo formato do PDDE. Em 2013, ano de lançamento do programa, o limite de valor do projeto por escola foi de R\$ 22mil.

Acessibilidade: A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo Federal é responsável pela regulamentação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para os direitos da pessoa com deficiência. Legislações em vigência sobre o assunto estão disponíveis nos sites abaixo. Lá é possível encontrar orientações para garantir a acessibilidade da biblioteca em escola:

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/legislacao-0

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-li-mite/legislacao (Programa Viver Sem Limite)

http://portal.mj.gov.br/corde/normas_abnt.asp.

Pensando na leitura acessível, o Instituto Benjamin Constant (IBC) distribui dois periódicos, a Revista Brasileira para Cegos (RBC) e a Revista Pontinhos, proporcionando entretenimento, lazer, cultura e educação para o público cego adulto e infanto-juvenil. Para se cadastrar a escola deve enviar um ofício solicitando material para dirgeral@ibc.gov.br.

Pedidos de instrumentos técnicos e materiais pedagógicos/ fonoaudiológicos para educação de surdos devem ser feitos pela escola, que pode entrar em contato com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), organização também ligada ao Ministério da Educação, solicitando Dicionário de LIBRAS (CD-ROM), livros de literatura infantil em LIBRAS (DVDs) e DVD's de música popular brasileira em LIBRAS. É necessário enviar ofício para diesp@ines.gov.br.

DIMENSÃO 2: ACERVO

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) distribui acervo para escolas públicas de Educação Básica cadastradas no Censo Escolar do INEP, segundo critérios do MEC, em anos alternados. Todas as escolas recebem livros, pelo menos uma vez a cada dois anos. O MEC disponibiliza três tipos diferentes de acervo, de acordo com a quantidade de alunos matriculados por escola.

ETAPAS DE ENSINO	N° DE OBRAS	QUANTIDADE DE OBRAS P/ ACERVO	CRITÉRIO DE ATENDIMENTO
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	180	3 TIPO DE ACERVOS COM 60 TÍTULOS DIFERENTES EM CADA	ESCOLAS COM ATÉ 250 ALUNOS: 1 ACERVO
ENSINO MÉDIO	180	3 TIPO DE ACERVOS COM 60 TÍTULOS DIFERENTES EM CADA	ESCOLAS COM 251 A 500 ALUNOS: 2 ACERVOS DIFERENTES ESCOLAS COM MAIS DE 500 ALUNOS: 3 ACERVOS DIFERENTES.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do Professor auxilia os professores da Educação Básica regular e da Educação de Jovens e Adultos na preparação dos planos de ensino e nas atividades para sala de aula. É possível obter mais informações pelo link:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=57

Além dos programas do MEC, vários sites disponibilizam acervo digital gratuitamente, tais como:

Biblioteca virtual:

www.ecofuturo.org.br

Biblioteca Nacional Digital:

http://bndigital.bn.br/

Domínio Publico do MEC:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp

Outra iniciativa que pode melhorar a atuação da biblioteca em escola é o *Alfabetização na Idade Certa - do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)* que prevê o envio, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a partir de 2014, de acervo de literatura infantil (75 livros divididos em três acervos) para salas de aula do 1° ao 3° ano do Ensino Fundamental.

DIMENSÃO 3: EQUIPE

O Programa Mais Cultura Nas Escolas pode ser uma fonte de recursos para aprimorar a formação dos profissionais da biblioteca em escola. Para isso, o projeto inscrito pela escola deve ter foco na formação de promotores de leitura para professores e profissionais das bibliotecas em escolas.



DIMENSÃO 4: ATENDIMENTO

O Programa Mais Cultura nas Escolas também poderá complementar recursos que garantam atendimento de qualidade na biblioteca da escola, envolvendo atividades de promoção de leitura. Caberá à escola decidir pela inscrição de um projeto com esta finalidade junto ao Programa.

O Programa Banda Larga nas Escolas do Governo Federal visa à instalação de infraestrutura de rede para dar suporte à conexão de internet em alta velocidade para todos os municípios brasileiros, e à conexão das escolas públicas urbanas com manutenção dos serviços, sem ônus, até o ano de 2025. Para conhecer quais escolas já foram atendidas pelo Programa acesse o Mapa de Atendimento do Programa:

http://sistemas.anatel.gov.br/sici/Relatorios/BandaLarga/tela.asp)

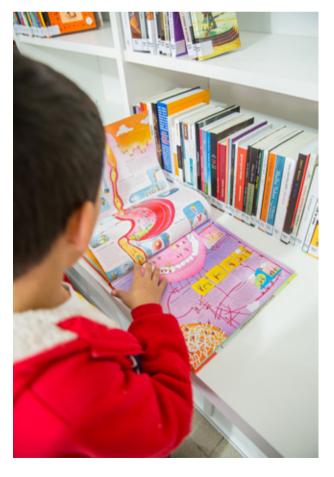


SOBRE O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é um instrumento de gestão criado para colaborar com os gestores municipais no planejamento das ações de educação e das diversas formas de se organizar para obter financiamento do Governo Federal. De acordo com informações do MEC, todos os municípios brasileiros aderiram ao Compromisso Todos Pela Educação – condição imposta pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – e, por isso, devem elaborar o seu PAR. Este instrumento se dá em três etapas básicas:

Há muitos indicadores no diagnóstico do *PAR* ligados às dimensões das bibliotecas na escola que devem ser preenchidos para serem analisados pela equipe técnica do *FNDE*. O principal indicador do *PAR* para infraestrutura de bibliotecas é:

- 1) **Diagnóstico:** coleta detalhada da realidade educacional (esfera do município/estado), nas quatro grandes dimensões que compõem a estrutura do PAR: gestão educacional; formação de profissionais da educação; práticas pedagógicas e avaliação; e infraestrutura e recursos pedagógicos. É uma responsabilidade do município (ou do Estado, quando pensamos na rede estadual de ensino).
- 2) **Elaboração:** a partir do diagnóstico, o município deve elaborar o seu PAR, pontuando as suas ações e elegendo prioridades. É uma responsabilidade do município (ou do estado, quando pensamos na rede estadual de ensino).
- 3) **Análise técnica:** a partir do preenchimento do *PAR*, a Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB/MEC) e o *FNDE* analisam o plano recebido. Depois, o município assina um Termo de Compromisso, onde consta qual será o papel do MEC assistência técnica ou assistência financeira –, no auxílio para a implementação dos programas aprovados e que foram escolhidos como prioritários pelo governo municipal (ou estadual).



Dimensão 4: infraestrutura física e recursos pedagógicos

Área 2: condições da rede física escolar existente

Indicador 1: biblioteca - instalações e espaço físico

No caso de escolas já existentes, mas que não possuem um espaço adequado para bibliotecas e precisam de reformas, o indicador do *PAR* que deve ser preenchido com esta solicitação é:

- DIMENSÃO 4: INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS.
- ÁREA 2: CONDIÇÕES DA REDE FÍSICA ESCOLAR EXISTENTE.
- INDICADOR 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA EXISTENTE: CONDIÇÕES DAS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM O ENSINO FUNDAMENTAL NA ÁREA URBANA.
- A PONTUAÇÃO DEVE ESTAR ENTRE 1 E 2.
- JUSTIFICATIVA: QUANTIFICAÇÃO DO DÉFICIT DE BIBLIOTECAS.
- DEMANDAS POTENCIAIS: DEVE CONTER A NECESSIDADE DE BIBLIOTE-CAS E DIFICULDADE DO MUNICÍPIO DE ARCAR COM ESSAS DESPESAS.

No caso de escolas novas o indicador do *PAR* que deve ser preenchido com esta solicitação é:

- DIMENSÃO 4: INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS.
- ÁREA 2: CONDIÇÕES DA REDE FÍSICA ESCOLAR EXISTENTE.
- INDICADOR 9: NECESSIDADE DE NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES: EXISTÊN-CIA DE PRÉDIOS ESCOLARES PARA ATENDIMENTO À DEMANDA DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ÁREA URBANA.
- A PONTUAÇÃO DEVE ESTAR ENTRE 1 E 2.
- JUSTIFICATIVA: DÉFICIT DE ESCOLAS.
- DEMANDAS POTENCIAIS: DEVE CONTER A NECESSIDADE DE BIBLIOTECAS COM UM ESPAÇO ADEQUADO E DIFICULDADE DO MUNICÍPIO DE ARCAR COM ESSAS DESPESAS.

Para adquirir, com recursos de convênio com o FNDE/MEC, mobiliários/ equipamentos diversos para as escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, temos o indicador:

- DIMENSÃO 4: INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS.
- ÁREA 2: CONDIÇÕES DA REDE FÍSICA ESCOLAR EXISTENTE.
- INDICADOR 11: CONDIÇÕES DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCO-LARES: QUANTIDADE, QUALIDADE E ACESSIBILIDADE.
- A PONTUAÇÃO DEVE ESTAR ENTRE 1 E 2.
- JUSTIFICATIVA: NECESSÁRIO INSERIR DADOS DAS CONDIÇÕES ATUAIS DAS BIBLIOTECAS EM ESCOLA.
- DEMANDAS POTENCIAIS: MAPEAR NECESSIDADE DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO DAS BIBLIOTECAS ESCO-LARES.

O MOBILIÁRIO DISPONÍVEL ESTÁ NO SITE: HTTP://WWW.FNDE.GOV.BR/PORTALDE-COMPRAS/

Para adquirir, com recursos de convênio com o FNDE/MEC, acervo especifico (braile) e outros equipamentos (projetor, etc), existem outros dois indicadores a serem preenchidos:

- DIMENSÃO 4: INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS.
- ÁREA 4: RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTI-CAS PEDAGÓGICAS QUE CONSIDEREM A DIVERSIDADE DAS DEMANDAS EDUCACIONAIS.
- INDICADOR 2: EXISTÊNCIA, SUFICIÊN-CIA, DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS.
- DIMENSÃO 4: INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS.
- ÁREA 2: CONDIÇÕES DA REDE FÍSICA ESCOLAR EXISTENTE.
- INDICADOR 11: CONDIÇÕES DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCO-LARES: QUANTIDADE, QUALIDADE E ACESSIBILIDADE.

- DEMANDAS POTENCIAIS: APOIAR OS CENTROS PÚBLICOS DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ACESSÍVEL NA PRODUÇÃO DE LIVROS DIGITAIS ACESSÍVEIS, E COMPLEMENTOS EM BRAILLE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL MATRICULADOS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.
- ADQUIRIR, COM RECURSOS DE CONVÊNIO COM O FNDE/MEC, PROJETOR MULTIMÍDIA PARA AS SALAS DE AULA DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PELO PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL PROJETOR PROINFO.







REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Programa Banda Larga nas Escolas do Governo Federal

Levantamento da Situação Escolar (LSE) - Ministério da Educação / Tel.: (61) 3966-4730 /dirpe@fnde. gov.br

Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) -

Plano Municipal do Livro e da Leitura (PMLL) -Alfabetização na Idade Certa - iniciativa do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) - cogeam@mec.gov.br/ Tel.: (61) 20228419

Instituto Benjamin Constant (IBC). Escola envia ofício solicitando material para dirgeral@ibc.gov.br.

Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) Tels.: (21) 2285-7597 e 2285-7949. Escola envia ofício solicitando material para diesp@ines.gov.br. Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) - Tel.: (31) 3409-5249 e 3409-5200 /

Programa Viver Sem Limites - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo Federal (SNPD) - Tel.: (61) 2025-3684 e 2025-3432

Programa Banda Larga Nas Escolas do Governo Federal - para saber quais escolas já foram atendidas pelo Programa acesse:

http://sistemas.anatel.gov.br/sici/Relatorios/BandaLar-ga/tela.asp)

Legislação sobre acessibilidade - Decreto-lei 5296 de 2 de dezembro de 2004 regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.



FONTES DE RECURSOS

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) - Central de Atendimento 0800 61 61 61

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) - distribui acervo de forma sistemática para todas as escolas públicas de Educação Básica cadastradas no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Programa Mais Cultura Nas Escolas - Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura. Tel.: (61) 2024-2227 e

Secretaria de Políticas Culturais (SPC). Tel.: (61) 2881-2221.

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) - Tel.: 0800-616161/ pdeescola@mec.gov.br.
Plano de Ações Articuladas (PAR).



Presidente

Daniel Feffer

Superintendente

Marcela de Macedo Porto Mello

Educação e Cultura

Christine Castilho Fontelles

Palmira Petrocelli Nascimento

Daniele Juaçaba

Vanessa de Jesus Espindola

Mariana Limeira

Desenvolvimento Institucional

Rachel Barbosa Carneiro de Sousa

Comunicação

Marina Franciulli Santos

Projeto gráfico:

In Branding

Pesquisa e conteúdo e leitura crítica:

Fernando Burgos

Texto:

Maria Claudia Baima

Revisão:

Marcia Menin



COMO IMPLEMENTAR E MANTER BIBLIOTECAS COM RECURSOS PÚBLICOS

Para mais informações

http://www.euquerominhabiblioteca.org.br minhabiblioteca@ecofuturo.org.br fb.com/euquerominhabiblioteca twitter.com/euquerominhabiblioteca Google +: eu quero minha biblioteca





















